Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano –INDSH - Hospital Regional do Marajó (CNPJ 23.453.830/0004-12) - EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Notas	2025	2024
ATIVO Circulante			
Caixa e equiv. de caixa	**4**	6.415.600	3.248.782
Contas a receber	**5**	951.613	5.061.668
Estoques	**6**	1.043.187	793.355
Outros créditos		370.297	429.990
Despesas antecipadas		4.095	4.436
Depósitos judiciais	**13**	126.351	-
Contratos de gestão	**3m**	11.722.861	10.123.335
Total do Ativo Circulante		**20.634.004**	**19.661.566**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	**13**	-	315.353
Contas a receber	**5**	6.694.453	6.694.453
Imobilizado – Próprio	**7a**	888.924	356.732
Imob. - Contr. de Gestão	7b	1.917.582	2.291.118
Total do Ativo não Circul.		**9.500.959**	**9.657.656**
Total do Ativo		**30.134.963**	**29.319.222**
PASSIVO E PATR. SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	8	5.432.755	7.009.887
Obrigações trabalhistas	9	2.939.529	3.049.099
Obrigaçõessociais	10	516.690	472.739
Obrigações fiscais		243.956	188.549
Outras contas a pagar	11	469.380	446.806
Partes relacionadas	12	344.727	135.049
Contratos de gestão	3m	11.722.861	10.123.335
Total do Passivo Circul.		**21.669.898**	**21.425.464**
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	41.840	41.840
Provisões para contingências	13	1.739.633	1.959.633
Receitas diferidas	14	2.037.088	2.517.202
Total do Passivo não Circ.		**3.818.561**	**4.518.675**
Patrimônio Social			
Patrimônio social		3.375.083	3.480.766
Superávit (déficit) acumulado		1.271.421	(105.683)
Total do Patrimônio Social		**4.646.504**	**3.375.083**
Total do Pas. e Patr. Social		**30.134.963**	**29.319.222**

Demonst. de Resultados e de Resultados Abrangentes

	Notas	2025	2024
Receitas Operacionais			
Serviços prest. pacientes SUS		60.476.823	60.294.768
Receita Líquida		**60.476.823**	**60.294.768**
Custos			
Serviços de terceiros		(28.458.174)	(28.243.705)
Pessoal e encargos		(14.145.080)	(13.713.978)
Materiais e medicamentos		(8.297.280)	(7.966.130)
Superávit / (Déficit)Líquido		**9.576.289**	**10.370.955**
Despesas			
Pessoal e encargos		(3.536.270)	(3.428.494)
Serviços de terceiros		-	-
Impostos, taxas e contribuições		(7.191)	(9.474)
Depreciação/amortização		(439.287)	(425.123)
Despesas gerais e admin.	**15**	(5.280.609)	(6.932.079)
Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro		**312.932**	**(424.215)**
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(115.106)	(149.208)
Receitas financeiras		317.885	165.327
Superávit / (Déficit)Antes de Outras Despesas e Receitas		**515.711**	**(408.096)**
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		-	-
Outras receitas e despesas		755.710	302.413
Superávit / (Déficit) do Exer.		**1.271.421**	**(105.683)**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total Resultado Abrangente		**1.271.421**	**(105.683)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social	Super./ (Déficit) Acumulado	Total
Saldos 31/12/23	**3.989.189**	**(508.423)**	**3.480.766**
Incorporação ao Patrimônio Social	(508.423)	508.423	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	(105.683)	(105.683)
Saldos 31/12/24	**3.480.766**	**(105.683)**	**3.375.083**
Incorporação ao Patrimônio Social	(105.683)	105.683	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	1.271.421	1.271.421
Saldos 31/12/25	**3.375.083**	**1.271.421**	**4.646.504**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit /(Déficit) do Exercício	**1.271.421**	**(105.683)**
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização (Reversão)	439.286	(11.409)
Transferências	-	-
Provisões (Reversão) p/ Contingências	(220.000)	1.959.633
Superávit /(Déficit) do Exer. Ajust.	**1.490.707**	**1.842.541**
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a receber	4.110.055	(5.061.668)
Estoques	(249.832)	53.023
Outros Créditos	59.693	36.301
Despesas Antecipadas	340	(489)
Depósitos Judiciais	189.002	1.152
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(1.577.132)	1.080.434
Obrigações Trabalhistas	(109.570)	449.219
Obrigações Sociais	43.951	45.153
Obrigações Fiscais	55.407	(126.693)
Outras Contas a Pagar	22.574	54.186
Receitas Diferidas	(480.113)	520.573
FLUXO DE CAIXA GER./ (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	**3.555.082**	**(1.106.268)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquis. de Ativo Imob. e Intangível	(597.942)	(420.632)
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIV. DE INVESTIMENTO	**(597.942)**	**(420.632)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	209.678	(117.804)
FLUXO DE CAIXA GER. / (CONSUMIDO) PELA ATIV. DE FINANCIAMENTO	**209.678**	**(117.804)**
AUM. (REDUÇÃO) LÍQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**3.166.818**	**(1.644.704)**
No início do exercício	3.248.782	4.893.486
No fim do exercício	6.415.600	3.248.782
Cx e Eq. de Cx no Fim do Período	**3.166.818**	**(1.644.704)**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2025	2024
Receitas	**61.232.533**	**60.597.181**
Serviços prest. pac. SUS	60.476.823	60.294.768
Outras receitas e despesas	755.710	302.413
(-) Glosas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(42.036.063)**	**(43.141.914)**
Serviços de terceiros	(28.458.174)	(28.243.705)
Materiais e medicamentos, Desp. gerais e admin.	(13.577.889)	(14.898.209)
Valor adic. bruto (1-2)	**19.196.470**	**17.455.267**
Retenções	**(439.287)**	**(425.123)**
Depreciação/amortização	(439.287)	(425.123)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**18.757.183**	**17.030.144**
Valor adic. receb. em transfer.	**317.885**	**165.327**
Receitas financeiras	317.885	165.327
Valor adic. total a distrib. (5+6)	**19.075.068**	**17.195.471**
Distrib. do valor adicionado	19.075.068	17.195.471
Pessoal e encargos	17.681.350	17.142.472
Impostos, taxas e contribuições	7.191	9.474
Despesas financeiras	115.106	149.208
Superávit / (Déficit) do Exercício	1.271.421	(105.683)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRPM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrícios, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós- anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. **b. Contrato de Gestão:** O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2022, vigente até 21/03/2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 13 de Fevereiro de 2026. **c. Base de Mensuração**: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques**: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado i. Reconhecimento e Mensuração**: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes**: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benfeitorias	10%
Instalações	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Moveis e Utensílios	10%
Moveis e Utensílios Hosp.	10%
Aparelhos Telefônicos	20%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível**: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis**:A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa**: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

Continua..

Continuação..

k. Patrimônio Líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa em espécie	1.000	1.000
Banco conta movimento	514.074	824.116
Aplicações financ. de liquidez imediata	5.900.526	2.423.666
Total	**6.415.600**	**3.248.782**

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 21/03/2026.

	2025	2024
Circulante		
Contrato 002/2022 – SESPA	951.613	5.061.668
Total	**951.613**	**5.061.668**
Não Circulante		
Contrato 020/2013 – SESPA (i)	6.694.453	6.694.453
Total	**6.694.453**	**6.694.453**

(i)O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

Aging List	2025	2024
A vencer	-	-
Até 30 dias	951.613	5.061.668
+ de 360 dias	6.694.453	6.694.453
Total	**7.646.066**	**11.756.121**

6. ESTOQUES

	2025	2024
Drogas e medicamentos	240.279	270.938
Materiais de uso do paciente	426.817	251.272
Gases medicinais	116.840	97.849
Materiais de manutenção	96.022	72.178
Limpeza e higienização	23.980	16.088
Materiais de expediente e impressos	27.035	14.205
Combustível gerador/GLP	5.392	11.335
Dietas enterais e parenterais	18.468	6.059
Equipamento de proteção individual	11.929	22.911
Gêneros alimentícios	45.673	12.165
Materiais de laboratório	-	57
Materiais radiológicos/imagens	-	9.361
Demais materiais	30.752	8.937
Total	**1.043.187**	**793.355**

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO a. Próprio

	Apar. Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informática	Instrumentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Total
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	419	-	7.512	5.294	570.614	5.956	8.225	598.020
Aquisições	-	-	-	-	414.739	5.893	-	420.632
Transferências	-	-	(5.471)	(3.993)	(575.507)	5.327	3.553	(576.091)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(419)	-	(1.703)	(1.301)	(74.300)	(2.575)	(5.531)	(85.829)
Saldo contábil líquido	**-**	**-**	**338**	**-**	**335.546**	**14.601**	**6.247**	**356.732**
Em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	-	-	338	-	335.546	14.601	6.247	356.732
Aquisições	424.885	12.165	25.111	-	126.940	5.441	1.650	596.192
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(14.162)	(214)	(2.343)	-	(38.102)	(2.977)	(6.202)	(64.000)
Saldo contábil líquido	**410.723**	**11.951**	**23.106**	**-**	**424.384**	**17.065**	**1.695**	**888.924**

b. Contrato de Gestão

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Eq. Informáti	Instalações	Instrum. de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utens. Hosp.	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dez. de 2024										
Saldo inicial	-	12.676	-	292.862	-	918.788	-	31.458	362.005	1.617.789
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	147	4.512	960	(14.706)	32.743	561.315	(5.469)	(3.411)	-	576.091
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de depreciação	-	521	-	-	284	363.781	15.152	56.794	-	436.532
Depreciação	-	(3.647)	(58)	(38.674)	(1.008)	(278.010)	(530)	(17.367)	-	(339.294)
Saldo contábil líquido	**147**	**14.062**	**902**	**239.482**	**32.019**	**1.565.874**	**9.153**	**67.474**	**362.005**	**2.291.118**
Em 31 de dez. de 2024										
Saldo inicial	147	14.062	902	239.482	32.019	1.565.874	9.153	67.474	362.005	2.291.118
Aquisições	-	-	-	-	-	1.750	-	-	-	1.750
Transferências	-	-	-	362.005	-	-	-	-	(362.005)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(2.566)	(700)	(69.341)	(12.099)	(264.959)	(6.345)	(19.276)	-	(375.286)
Saldo contábil líquido	**147**	**11.496**	**202**	**532.146**	**19.920**	**1.302.665**	**2.808**	**48.198**	**-**	**1.917.582**

8. FORNECEDORES	2025	2024
Materiais e medicamentos	564.075	1.147.792
Serviços	1.553.504	1.634.003
Serviços médicos	2.867.692	3.622.868
Diversos	447.484	605.224
Total	**5.432.755**	**7.009.887**
Aging List	**2025**	**2024**
A vencer	3.379.414	3.017.525
Até 30 dias	97.916	1.958.498
De 31 a 60 dias	73.398	375.955
De 61 a 90 dias	64.627	164.408
De 91 a 180 dias	112.415	444.146
De 181 a 360 dias	1.014.861	301.274
+ de 360 dias	690.124	748.081
Total	**5.432.755**	**7.009.887**

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	1.149.193	1.231.581
Provisão férias	1.657.750	1.682.897
Provisões FGTS s/férias	132.586	134.621
Total	**2.939.529**	**3.049.099**

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2025	2024
INSS a recolher	120.263	142.554
FGTS a recolher	170.491	174.476
IRRF s/ folha a recolher	120.354	148.663
Empréstimos FGTS	99.461	-
Contr. sindical	6.121	7.046
Total	**516.690**	**472.739**

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR	2025	2024
Adiantamento de clientes	279.658	279.658
Seguros a pagar	4.171	3.776
Outras	1.036	991
Verba piso salarial da enfermagem (i)	184.515	162.381
Total	**469.380**	**446.806**

(i)No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Unico de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS

Passivo	2025	2024
SEDE ADMINISTRATIVA	344.727	135.049
Total Circulante	**344.727**	**135.049**
SEDE ADMINISTRATIVA	41.840	41.840
Total Não Circulante	**41.840**	**41.840**

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R$ 344.727 (R$ 135.049 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13.PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

Provável	2025	2024
Cível	-	-
Trabalhista	1.739.633	1.959.633
Total	**1.739.633**	**1.959.633**

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível	2025	2024
Administrativo	510.000	-
Cível	1.727.289	700.721
Trabalhista	258.414	10.000
Total	**2.495.703**	**710.721**

A Entidade manteve o montante de R$ 126.351 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.

14. RECEITAS DIFERIDAS: O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2025, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2025	2024
Imobilizado – contrato de gestão	5.781.369	5.779.619
Intangível – contrato de gestão	46.347	46.347
Total investido em ativo	**5.827.716**	**5.825.966**
Depreciação/amortização acumulada	(3.910.134)	(3.534.848)
Total imobilizado/intangível líquido	**1.917.582**	**2.291.118**
Saldo para investimento	119.506	226.084
Total	**2.037.088**	**2.517.202**

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de gestão	(692.822)	(766.768)
Energia elétrica	(1.504.220)	(2.007.834)
Aluguel de máquinas	(414.242)	(431.198)
Manutenção e conservação	(180.815)	(34.995)
Viagens e hospedagem	(1.687.695)	(1.248.482)
Fretes e carretos	(178.425)	(178.828)
Provisões para contingências	-	(1.959.633)
Outros	(622.390)	(304.341)
Total	**(5.280.609)**	**(6.932.079)**

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	4.023.452	3.695.041
INSS	**4.023.452**	**3.695.041**
COFINS	1.814.305	1.808.843
COFINS	**1.814.305**	**1.808.843**
Total	**5.837.757**	**5.503.884**

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplicações financ. de liquidez imediata	5.900.526	2.423.666
Contas a receber	7.646.066	11.756.121
Total ativos financeiros	**13.546.592**	**14.179.787**
Fornecedores	5.432.755	7.009.887
Total passivos financeiros	**5.432.755**	**7.009.887**

19. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES Encerramento do contrato de gestão: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 002/SESPA/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 21 de março de 2026.

Breves - PA, 25 de Fevereiro de 2026. Jusciely Pereira Machado - Diretora Executiva - CPF: xxx.718.891-xx
Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC- SP-324161/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Regional do Marajó - HRM Breves – PA. **Opinião com ressalvas:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional do Marajó, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa

Continua..

Continuação...

data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Bases para opinião com ressalvas",, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional do Marajó, em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas:** Provisão de juros e multas sobre atrasos de pagamentos a fornecedores Em 31 de dezembro de 2025, o Hospital apresentava um montante de R$ 5.432.755, relativo a fornecedores a pagar, dos quais R$ 2.053.341 estavam vencidos, conforme demonstrado na nota explicativa 8 - Fornecedores. A Administração não realizou provisão de juros e multas para quitação dos valores em aberto. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre os montante que deveria ser reconhecido a título de juros e multas sobre os atrasos ocorridos. Contas a receber de contrato anterior**:** Em 31 de dezembro de 2025, o Hospital apresentava um montante de R$ 6.694.453 (R$, relativo a contas a receber do contrato de gestão 020/2013 – SESPA, para o qual, a Administração discute judicialmente, através do processo nº0877973-74.2018.8.14.0301, um acordo para recebimento junto ao Ente Público. A Administração não obteve até a data de emissão deste relatório, a confirmação de inclusão deste montante em plano de pagamento ou repactuação por parte do Ente. Desta forma, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre o recebimento dos valores junto ao Ente Público em período e montante capazes de reequilibrar os fluxos de caixa do atual contrato de gestão. **Adiantamentos a fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2025, o Hospital apresentava montante de R$ 370.297, em rubrica de outros créditos, relativo a adiantamentos realizados a fornecedores para prestação de serviços/aquisição de produtos. Deste montante, R$ 232.931 referem-se a adiantamentos realizados em exercícios anteriores, para os quais a Administração não realizou o reconhecimento da despesa, em virtude de necessidade de conciliação. Desta forma, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre se os montantes adiantados em períodos anteriores deveriam ter sido reconhecidos aos resultados passados como despesas incorridas e, consequentemente, deveriam ser ajustados ao exercício corrente, em contrapartida da baixa dos adiantamentos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisões para riscos e passivos contingentes - Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: Continuidade operacional: Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESPA. Em 31 de dezembro de 2025, o Hospital possuia excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R$ 1.035.893. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. Renovação do contrato de gestão: Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional do Marajó está vigente até 21 de março de 2026, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPA não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado a totalidade de eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. Imobilizado de gestão: Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis Transações com partes relacionadas: A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Adminsitrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior***:* Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 28 de fevereiro de 2025, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 / **Heitor Piovam -** Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo: 1297385

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, segunda-feira, 2 de março de 2026 às 07:07:10.